

Da Índia a Portugal — trajectórias sociais e estratégias colectivas dos comerciantes indianos*

Patrícia Ávila**

Mariana Alves***

Resumo: O presente artigo constitui uma síntese de resultados de uma pesquisa desenvolvida no ano lectivo de 1991/92 no âmbito do Seminário de Sociologia Urbana do ISCTE. Essa investigação incidiu sobre uma categoria social presente há menos de 20 anos na sociedade portuguesa, que evidencia a diversos níveis traços específicos e distintivos — os comerciantes “indianos”. Em causa esteve a compreensão das estratégias de integração (entendidas em sentido global, por um lado, e circunscritas ao domínio profissional, por outro) e o papel das redes comunitárias formais e informais nesse processo.

1. Introdução

A presença de indianos em Portugal, e mais concretamente na cidade de Lisboa, surge directamente relacionada com o fluxo migratório oriundo dos PALOP, em consequência das profundas alterações estruturais verificadas nas ex-colónias portuguesas, após o 25 de Abril de 1974.

Antes de mais, refira-se que os indianos presentes na sociedade portuguesa, embora constituam, aparentemente, uma única categoria, facilmente identificável a partir de sinais exteriores (entre os quais se salientam os traços físicos), correspondem na realidade a quatro grupos que se diferenciam bastante entre si em termos sócio-culturais: os *hindus*, os *islâmicos*, os *ismaelitas* e os *goeses*.

Não estando em causa o interesse de uma pesquisa que englobasse a totalidade destas categorias, optámos desde o início por seleccionar como objecto de estudo apenas os indivíduos que integram as três primeiras. De entre as características que habitualmente associamos a tais indivíduos inclui-se a prática de uma determinada

* Este artigo procura sintetizar os principais resultados de uma pesquisa desenvolvida pelas autoras no âmbito do Seminário de Sociologia Urbana (ano lectivo de 1991/92) sob orientação dos docentes Isabel Guerra e Fernando Luís Machado.

** Licenciada em Sociologia pelo ISCTE, investigadora no CIES

*** Licenciada em Sociologia pelo ISCTE

actividade profissional — o comércio —, a qual contribui, certamente, para a visibilidade social desta(s) minoria(s) na sociedade portuguesa e, mais precisamente, na cidade de Lisboa. Todavia, não é possível estabelecer quantos indianos são comerciantes, dada a inexistência de estatísticas rigorosas referentes a esse(s) grupo(s). Aliás, nem sequer é possível saber com precisão qual o total de indianos residentes em Portugal. A dificuldade em determinar esses números decorre, em grande parte, da situação jurídica peculiar destes sujeitos: a maioria teve acesso à nacionalidade portuguesa,¹ tornando-se difícil diferenciá-los nas estatísticas oficiais. Assim sendo, os únicos dados de que dispomos são estimativas² que apontam para valores na ordem dos 30.000 indivíduos de origem indiana residentes em Portugal e indiciam que entre estes o comércio é actualmente a actividade profissional dominante³.

Não obstante a importância que teria o acesso aos dados estatísticos referidos — nomeadamente para a realização de uma caracterização sociográfica dos indianos em Portugal que em muito enriqueceria a pesquisa que aqui se apresenta — interessa salientar que o nosso objectivo não era apenas a determinação de quantitativos exactos sobre os indianos presentes na sociedade portuguesa. Numa outra óptica, certamente complementar, procurámos compreender as características da integração dos indivíduos de origem indiana, centrando-nos, em particular, naqueles que se ocupam no comércio.

Clarifique-se, desde já, que esta opção pela análise dos processos de integração pretende afastar-se de uma tradição de estudos de cariz evolucionista, até bem recentemente dominantes nesta área de investigação sociológica. O presente trabalho não procurou avaliar o "grau" de integração dos indianos na sociedade portuguesa, nem os problemas ou obstáculos a uma futura assimilação, concebida como um processo irreversível⁴. Pelo contrário, parte-se do princípio de que, por um lado, os grupos em estudo se diferenciam de algum modo no seio da sociedade portuguesa e que, por outro, é ponto assente que algum tipo de integração terá de existir, dado que a vivência numa sociedade implica necessariamente a apropriação de signos e valores da mesma. Em suma, não é possível compreender as estratégias de integração que os indianos prefiguram se estes, enquanto actores sociais, forem entendidos como elementos passivos, submetidos a uma maioria dominante. Nos termos enunciados por Touraine é necessário que a separação crescente entre actor e sistema seja substituída pela sua interdependência e assim "(...) aperceber em todas as relações o resultado de relações entre actores definidos tanto pelas suas orientações culturais como pelos conflitos sociais (...). É insuficiente e mesmo perigoso falar de determinismos sociais; o actor individual, ao mesmo tempo que é condicionado por uma situação, participa na produção dessa situação"⁵.

Foi nesta perspectiva que optámos por uma metodologia de carácter qualitativo. O que se pretendia não era só a procura de "regularidades" (nas quais o actor social aparece diluído e descaracterizado), mas também "trazer" o actor para o centro da análise, partindo do princípio de que este tem racionalidades próprias que devem ser consideradas. Como afirma Poirier, tratou-se de "recolher o acontecer social, o seu sentido e o seu impacto sobre os indivíduos"⁶.

Com base neste pressuposto metodológico realizámos quinze histórias de vida, através das quais foi possível reconstituir percursos individuais e, ao longo destes, identificar as principais estratégias desenvolvidas e as motivações que lhes estão associadas. Estas entrevistas foram efectuadas junto de comerciantes de diversos ramos (móveis, vestuário, ferragens...) e em diferentes zonas da cidade de Lisboa (Almirante Reis, Rua do Benfornoso...). Para além disso, em face da existência de três comunidades indianas formalmente organizadas — as associações — realizámos três entrevistas semi-directivas junto de representantes das mesmas, de forma a obter dados de caracterização geral sobre os indianos e também a avaliar o papel dessas organizações no processo de integração dos indivíduos na sociedade de acolhimento.

2 . Um percurso migratório em duas etapas

A vinda dos indianos para Portugal inscreve-se claramente numa determinada conjuntura de mudança macro-sociológica que afectou três sociedades distintas. Estamos perante um fluxo migratório dotado de alguma especificidade, dado que não resulta apenas da relação entre dois territórios nacionais. Em causa estão três países — Índia, Moçambique e Portugal — e dois tempos de emigração: 1 - da Índia a Moçambique, 2 - de Moçambique a Portugal. Assim, para muitos indianos⁷ - no caso dos comerciantes entrevistados para a totalidade —, a vinda para Portugal corresponde à segunda tentativa de concretização de um projecto de vida que em dois territórios se vê inviabilizado.

No entanto, a maioria desses indianos, tendo nascido em Moçambique, protagonizam apenas o segundo tempo de emigração descrito; no primeiro tempo, que correspondeu à saída do país de origem com destino ao continente africano, os actores envolvidos foram os seus pais e avós. Em suma, estamos perante um fluxo migratório que apenas pode ser apreendido numa dimensão familiar alargada.

Esquema ilustrativo do percurso migratório dos indianos



A consideração desta dimensão, não circunscrita ao percurso individual, é central para a nossa análise, pois o facto de estarmos perante indivíduos que se incluem apenas no tempo 2 deste fluxo migratório não significa que a Índia não deva ser retida como elemento interpretativo. Ou seja, se em qualquer movimento migratório "há duas sociedades que continuam a existir sob forma encapsulada no indivíduo migrante"⁸, no caso dos indianos há que considerar a influência de três espaços; nomeadamente da Índia que, não sendo sequer o país de naturalidade para a maioria, permanece como uma referência importante.

É neste contexto que os indianos, apesar de se poderem incluir num fluxo migratório mais amplo que tem origem na descolonização dos PALOP, correspondem a uma categoria dotada de alguma especificidade. Acrescente-se, também, que no caso em análise, a vinda para Portugal não é apercebida pelos sujeitos como mais uma etapa, mas sim como *o destino final de um percurso migratório* - o regresso a Moçambique ou à Índia (país de naturalidade e país de "origem") não é equacionado.

"Já chega. O meu pai nasceu em Paquistão, emigrou para África, eu nasci em África e vim para aqui. Agora daqui só vou para o Alto de São João!" (Islâmico, 42 anos)

Esta ausência de um projecto de retorno parece decorrer, justamente, da singularidade do fluxo migratório que temos vindo a descrever. É que, por um lado, os sujeitos embora tendo nascido em Moçambique consideram-se de "origem indiana", mas, por outro lado, as ligações à Índia são menos intensas pelo facto de terem nascido e vivido em território moçambicano. Ora, uma tal duplicidade de referências faz com que nenhum dos dois países seja visto, claramente, como o espaço de pertença a que se deseja voltar, após o período de vivência numa outra sociedade.

Um outro elemento que pode, ainda, ser importante para compreender o facto de os indianos não formularem um projecto de retorno, corresponde ao facto de o movimento de vinda destes indivíduos para Portugal englobar a quase totalidade dos seus familiares e amigos da comunidade.

"Toda a gente vinha embora, pá, toda a gente vinha embora e eu disse, o que é que eu fico cá a fazer?" (Ismaelita, 44 anos).

"Isso (de vir para Portugal) foi como eu disse: nós somos muito unidos. Alguns conterrâneos vão para um certo país, começam a ver e dizem: é pá vens para aqui, isto dá para todos!" (Hindu, 42 anos)

Em nosso entender, o carácter, assumido como definitivo, deste fluxo migratório condicionará o desenvolvimento de estratégias que vão de algum modo reflectir-se nas particularidades e especificidades da integração dos indianos na sociedade portuguesa e nos contornos dos seus movimentos associativos.

3 . Indianos e comércio: estratégias de inserção profissional

3.1. De Moçambique a Portugal: condições para a reprodução de um lugar de classe

A razão pela qual os indianos entrevistados são comerciantes tem como principal justificação um *habitus profissional* que, segundo os testemunhos recolhidos, terá tido início no momento em que os "antepassados" emigraram para Moçambique.

"Os antepassados dos indianos hindus que aqui estão saíram da Índia para quê (...) com que finalidade? Pronto, finalidade mercantil, para ganhar mais dinheiro e a actividade que está mais à mão é sempre o comércio" (Representante da Comunidade Hindu).

Em termos globais este *habitus profissional* não é individualizado pelos sujeitos, tendendo a ser associado a uma escolha colectiva. A origem, o "ser indiano", surge ao nível do discurso como o principal factor justificativo para a prática do comércio; independentemente da comunidade religiosa a que pertencem e dos antecedentes profissionais, os indivíduos partilham uma predisposição "transmitida pelos antepassados": ser comerciante é já uma "questão de sangue". Quer dizer, há uma *naturalização da inserção profissional* que concretizam em Portugal, na medida em que o fenómeno é explicado através de factores que se consideram como sendo inerentes à natureza do grupo.

"(ser comerciante) é tradição mesmo, é próprio da origem acho que até já vem no sangue". (Islâmico, 41 anos)

"Aliás o indiano é uma pessoa que é muito raro não estar ligado ao comércio (...); os indianos que vieram de Moçambique estão praticamente todos virados para o negócio; está no sangue, há décadas que fazem isso". (Hindu, 29 anos)

"Nós somos pá (...) umas pessoas que gostamos muito de comércio, gostamos muito de negócio, já vem de há anos! De há anos!". (Hindu, 25 anos)

"Eu acho que temos um dom. Temos um dom porque os nossos avós, os nossos antepassados também foram comerciantes, já é um princípio." (Ismaelita, 25 anos)

Embora não seja nossa intenção sobrevalorizar as razões enunciadas pelos indivíduos, parece-nos que a partilha de uma convicção colectiva, transmitida ao longo de gerações, condiciona as opções e os objectivos que os indivíduos se propõem atingir e o seu lugar de classe.

No entanto, há que considerar, simultaneamente, que as representações enunciadas não devem ser analisadas independentemente das possibilidades objectivas de que os sujeitos dispõem para a concretização de uma dada estratégia profissional. Nomeadamente, a inserção profissional dos pais dos entrevistados em Moçam-

bique — também baseada no comércio — criou condições para a transmissão de experiências e saberes e, em alguns casos, de recursos materiais.

Com efeito, sejam islâmicos, ismaelitas ou hindus, tenham começado a trabalhar por conta própria ou por conta de outrem, o condicionamento de um *destino de classe* (materializado, ou não, no empreendimento familiar — a loja) revelou-se logo na "escolha" da primeira profissão: o comércio foi, na quase totalidade dos casos, a primeira actividade profissional que os indivíduos conheceram.

Em muitas situações, o envolvimento nesta estratégia de inserção profissional, obrigou ao abandono da escola, o qual ocorreu, no entanto, após os indivíduos terem atingido pelo menos a 4ª classe — condição apercebida como necessária para o exercício da profissão. Noutros casos, designadamente quando as condições sócio-económicas eram mais favoráveis, o início da actividade não determinou imediatamente o fim da escolaridade; criou sim condições para um *processo de socialização profissional antecipada*.

"Deixei de estudar quando a minha mãe faleceu (...). Tive de trabalhar. Era uma loja que nós tínhamos e eu tive de me juntar aos meus pais". (Islâmico, 42 anos)

"Aliás eu comecei a trabalhar com doze anos de idade (...). Trabalhei numa loja de tecidos (...). Era um conhecido do meu pai que veio perguntar se queria que o filho começasse a trabalhar porque tinha acabado a 4ª classe; e nessa altura a 4ª classe já era bom, já era muito bom, não é?" (Islâmico, 32 anos)

Até ao momento em que estes indianos tomam a decisão de abandonar Moçambique, o percurso profissional que protagonizaram caracterizou-se por uma consolidação da primeira actividade, a qual passou, por exemplo, pela separação *entre pai e filho ou pelo fim de situações de assalariamento, graças à possibilidade de iniciar um trabalho por conta própria*. Ou seja, naquela ex-colónia a inserção profissional dos entrevistados evoluiu no sentido de uma clara opção pela actividade comercial.

Neste contexto, a importância da análise da(s) trajectória(s) profissional(is) dos entrevistados é demonstrar que, no momento do confronto com a sociedade portuguesa, os indianos comerciantes correspondem a um perfil social que se caracteriza não só pela posse de determinados recursos (nomeadamente financeiros), como também de expectativas e aspirações decorrentes dos efeitos de uma trajectória e de um *habitus profissional*. Este perfil condicionará certamente a estratégia de inserção profissional que desenvolvem na sociedade de acolhimento.

"Eu lá já era comerciante. Portanto tinha uma prática de comércio, tinha um certo capital, não ia aventurar-me". (Islâmico, 42 anos)

Também a conjuntura sócio-económica em que chegam a Portugal constitui um factor que pode favorecer a concretização dessas aspirações. Com efeito, o desenvolvimento de uma tal estratégia não deve ser dissociado dos reajustamentos ao nível do mercado de trabalho que se verificaram nessa época, dando espaço à

iniciativa empresarial de novos agentes. Note-se a propósito que, de acordo com alguns estudos⁹, os comerciantes têm um grande peso entre os repatriados (grupo no qual podem estar incluídos muitos indianos pelo facto de terem nacionalidade portuguesa) que chegam a Portugal nos anos que se seguem ao 25 de Abril de 1974.

Outros factores que contribuíram para assegurar a transposição dessa actividade para o novo espaço de migração foram os elementos de continuidade que Portugal oferecia relativamente a Moçambique. Entre esses elementos salientam-se a já referida posse de nacionalidade portuguesa (que confere aos indianos um estatuto social que outros imigrantes não têm), o domínio da língua (determinante para a prática do comércio) e da cultura, entendida em sentido global, à luz da qual os indivíduos tinham de algum modo sido socializados.

"Nós tínhamos uma educação portuguesa nas escolas portuguesas, nacionalidade portuguesa e portanto tínhamos todos os laços e todas as razões (...). E na altura da independência aquilo era Portugal e nós sentíamo-nos integrados na sociedade em que estávamos inseridos; moçambicana mas não deixava de ser portuguesa. Portanto, naturalmente o destino acabou por ser Portugal". (Representante da Comunidade Ismaelita)

"A tendência é para num país português ser mais fácil a adaptação do que num inglês ou francês. Para já por causa da língua e a língua é muito importante para o contacto; no comércio há muito contacto". (Hindu, 42 anos)

Nesta perspectiva e tendo em conta a multiplicidade de factores mencionados que convergem na reprodução de uma actividade profissional, a análise da trajetória profissional destes sujeitos permite interpretar a vinda para Portugal, em particular para Lisboa, como tendo um carácter eminentemente *conservador*. A ruptura com um dado modo de vida foi protagonizada pelos pais e avós dos entrevistados no momento em que tomam a decisão de emigrar para Moçambique, pois, aí sim, a ruptura geográfica coincide com a procura de um novo estatuto social. Pelo contrário, a vinda para Portugal, embora constituindo em si mesma um processo de mudança, representou uma tentativa de dar continuidade, num novo espaço geográfico, a um projecto de vida que, numa conjuntura histórica determinada, se vê inviabilizado.

Nomeadamente, os indianos comerciantes estavam já familiarizados com o meio urbano. Se, como refere A. Begag¹⁰, para os emigrantes a cidade é o motivo e o destino da sua mobilidade — representa o poder que procuram —, no caso em análise a vinda para a cidade parece representar não a "procura" de um poder, mas sim, uma tentativa de conservar um *poder adquirido*.

3.2. Estratégias colectivas e papel das associações no domínio profissional

A análise realizada a propósito da inserção profissional dos indianos comerciantes permitiu introduzir uma dimensão relativamente à qual, até ao momento, não fizemos referência: a capacidade estratégica dos indivíduos na *optimização* das

referidas "condições favoráveis" à continuidade da actividade profissional, no novo contexto de imigração.

É que o confronto com a sociedade de acolhimento foi, inevitavelmente, acompanhado de uma *vertente negativa*: emigrar significa sempre começar de novo numa sociedade que de algum modo se desconhece. A análise do discurso dos sujeitos demonstra que os projectos de vida de que são portadores poderiam ser de difícil concretização, uma vez que na sociedade de acolhimento desconhecem as "regras do jogo", pressentem-na mais burocrática, mais competitiva e, sobretudo, mais individualista... Em suma, embora importantes, os recursos que transpõem para o novo espaço geográfico poderiam não ser suficientes para garantir a transição desejada.

Avaliação Portugal versus Moçambique

Moçambique	Portugal
- negócio (+)	- concorrência (+)
- entre-ajuda (+)	- agitação (+)
- competitividade (-)	- trânsito (+)
- honestidade (+)	- stress (+)
- facilidade (+)	- civismo (-)
- tempo (+)	- burocracia (+)
- desconfiança (-)	- trabalho (+)
- facilidade (+)	
- convívio (+)	

Em nosso entender, é na forma como enfrentam esta *vertente negativa* que reside a capacidade de acção dos indianos comerciantes. Esta só é perceptível se não considerarmos apenas os recursos que os actores comportam individualmente e tivermos simultaneamente em atenção os efeitos decorrentes da pertença a determinado(s) grupo(s). Nomeadamente, é possível perceber que os indianos accionam *dinâmicas comunitárias e/ou familiares, as quais constituem um recurso adicional que os indivíduos são capazes de mobilizar para assegurar a sua inserção, aumentando assim as suas possibilidades de mercado.*

Concretamente, no que se refere à abertura de um estabelecimento comercial, e não obstante a maior parte dos indivíduos possuir à chegada a Portugal algum capital económico, foram diversas as dificuldades sentidas. Numa tentativa de as minimizar surgem múltiplas estratégias, algumas das quais apercebidas na nossa pesquisa, que foram desde a simples troca de informação (por exemplo, no contacto privilegiado com clientes e fornecedores e ao nível da procura do espaço para a abertura da loja) à constituição de sociedades e ao acesso a empréstimos.

"Não, (não foi difícil encontrar o local) foi um amigo meu da comunidade que comprou uma empresa que estava aqui falida e pronto, ele também estava a precisar do dinheiro e fez-me o trespasse". (Hindu, 29 anos)

"Sim, sim, foi difícil (o início da actividade) (...). Mas havia muitos clientes conhecidos, ainda foi o que nos salvou! Clientes conhecidos e amigos começaram a vir aqui e isto começou a andar melhor". (Hindu, 46 anos)

"Não, não foi muito difícil porque na ocasião tivemos muito apoio, por exemplo, no caso da mercadoria e tudo (...) são amigos, familiares. (Islâmico, 43 anos)

"(...)arranjar a parte financeira foi extremamente difícil (...) tive de pedir um empréstimo a umas pessoas amigas, a banca não me conhecia". (Hindu, 29 anos)

"Eu era sócio destas casas todas, mas conforme fomos estabilizando a nossa vida fomos separando. Aquela que já estava estabilizada já aguentava sózinha. Aqui também tínhamos sociedade, éramos quatro sócios, amigos e família". (Hindu, 42 anos)

Parece-nos que o accionamento destas solidariedades informalmente construídas pode estar facilitado, revelando-se de extrema utilidade, nos casos em que haja correspondência entre essas redes e determinado ramo de comércio. Nessas circunstâncias, os sujeitos, além de usufruírem da entre-ajuda comunitária, podem desenvolver estratégias conjuntas para melhor enfrentar o mercado e a concorrência.

"Reúne assim umas 15 ou 20 casas, todas hindus, e tenta conciliar a mercadoria para vender mais ou menos a mesma mercadoria, para sair mais barato". (Hindu, 25 anos)

Entre as dinâmicas identificadas, a *constituição de sociedades* merece algum destaque. Se em termos globais as redes de solidariedade podem abranger quer familiares, quer amigos "da comunidade", no que se refere às sociedades a família constitui a primeira escolha e também a única que poderá eventualmente ter um carácter duradouro. Pelo contrário, para os entrevistados, os laços comunitários parecem corresponder a uma estratégia provisória, de último recurso, que apenas é accionada caso se torne necessário garantir o arranque da actividade.

"O indiano não gosta muito de fazer sociedade, ou fazem por conta-própria ou trabalham só com a família ou coisa do género (...) porque os sócios só trazem sarilhos". (Representante da Comunidade Islâmica)

"Mas a força que acontece a nível económico talvez venha de outro aspecto. É que as famílias juntam-se (...). Isto que se está a dizer da solidariedade e da união entre famílias é muito importante." (Representante da Comunidade Ismaelita)

Identificada a existência de estratégias colectivas (familiares e não familiares), que são desenvolvidas visando contornar determinados obstáculos inerentes ao início de uma actividade por conta própria, procurou-se ainda compreender se as *associações* — organizações formais das comunidades em estudo — interferem de algum modo neste domínio específico. Quer dizer, se além das dinâmicas

identificadas — decorrentes de relações informalmente estabelecidas — os indianos têm acesso a algum tipo de *estratégia formal* complementar.

O papel dos meios associativos nas sociedades ocidentais tem sido reconhecido por vários autores¹¹, face à constatação crescente de que essas organizações podem tornar-se verdadeiros “grupos de interesse” com capacidade de pressão sobre o Estado, sendo nesse sentido mais eficientes do que, por exemplo, os sindicatos, no contorno de eventuais situações de marginalização e na obtenção de direitos e privilégios. No entanto, até ao momento, esta não tem sido uma característica das associações indianas.

Os dados recolhidos junto dos representantes dessas associações revelam que, no que se refere ao domínio profissional, não foram até hoje desenvolvidas quaisquer acções políticas ou reivindicativas relacionadas com a inserção profissional dos seus membros.

Porém, ao nível do funcionamento interno, os meios associativos revelam-se de extrema importância, na medida em que constituem um *espaço privilegiado de produção das dinâmicas informais* que acima foram identificadas. Enquanto local de culto e, simultaneamente, de convívio, as associações proporcionam condições para o encontro de indivíduos da mesma etnia, ou seja, são um espaço onde poderá ocorrer informalmente a troca de experiências profissionais, originando a constituição de redes de sociabilidade mais ou menos alargadas.

"Encontramo-nos uns em frente dos outros, conversamos, mas a conversa vai sempre dar ao mesmo: negócio, dinheiro (...). As mulheres é fofocas; os homens, bem os homens é negócios: eu fiz isto, ai eu fiz mais isto, ai então eu fiz aquilo (...)". (Hindu, 25 anos)

"Eu prefiro ir à comunidade do que fazer certas coisas que muitas pessoas fazem, tipo isolar-se, ir a um bar tomar um copo. Não, eu prefiro ir à comunidade; porque só indo à comunidade sinto-me mais livre, mais aliviado e tenho aquele convívio da comunidade, dos amigos, isso tudo, não é? Nós todos temos a nossa vida profissional e por isso naquele momento é que dá para discutir, olha eu fiz isto e enganei este (...) pronto, coisas assim". (Ismaelita, 25 anos)

"Isso havendo pessoas que conheçam, havendo quem quer trabalhar. Até o presidente da Dan Cake, ele tem apoiado muita gente; pessoas que queiram trabalhar nem que seja provisoriamente. (...). Quase não há hindus que estejam desempregados". (Representante da Comunidade Hindu)

Ainda a propósito do desenvolvimento de solidariedades comunitárias, a organização ismaelita merece algum relevo, visto que é a única em que a troca de informação e de experiências se faz não só numa base informal, como também formal, quer dizer, enquanto *estratégia desenvolvida pela organização*. Existem departamentos, nomeadamente na área financeira, que os indivíduos poderão consultar e assim receber “ajuda formalmente organizada”, com vista ao planeamento da melhor estratégia de inserção profissional.

"Se quer montar um negócio e tem capital X mas tem consciência de que o dinheiro não lhe chega... então é muito natural que se dirija a uma destas pessoas que fazem parte do departamento de planeamento económico que, perante o seu problema, indica várias soluções que poderá adoptar e de todas elas diz «eu se fosse a si fazia isto»".
(Representante da Comunidade Ismaelita)

Por fim, saliente-se que a perspectiva que defendemos é a de que as dinâmicas comunitárias identificadas (formais ou informais) são *um recurso, entre outros*, a juntar àqueles que cada actor social considerado individualmente detém. O colectivismo é uma estratégia pontual que pode contribuir para ultrapassar situações que os indivíduos não controlam na sociedade de acolhimento.

Parece-nos importante, neste ponto, contrariar perspectivas¹² que, ao interpretar o facto de muitos indianos estarem no comércio, tendem, por um lado, a considerar a mobilização de esforços inter-comunitários como o principal recurso de que os indivíduos dispõem e, por outro, a analisar essa opção apenas como sendo decorrente da influência de mecanismos de segregação e discriminação da sociedade de acolhimento, ou seja, como uma *fuga à proletarização*¹³. Resumindo, parte-se do princípio de que a exclusão existe para todos os imigrantes e que alguns, por exemplo os indianos, terão possibilidades de a "evitar" ou "contornar", o que só é possível isolando-se dos circuitos principais. Veja-se, a propósito, a noção de "pirâmide paralela" defendida por Rex¹⁴.

Em relação a esta última afirmação, os resultados da pesquisa desenvolvida mostram que, embora sendo possível identificar estratégias colectivas, ao nível do tipo de comércio praticado, os indianos entram em concorrência directa com o sistema de distribuição português. Por exemplo, os produtos vendidos, os públicos visados são etnicamente indiferenciados, não detendo qualquer especificidade¹⁵.

Nesta perspectiva, pensamos que a inserção dos indianos no comércio deve ser interpretada como uma *estratégia de defesa*. As entrevistas realizadas indicam que os indivíduos não "arriscam", não chegam sequer a saber se seriam sujeitos a estratégias de exclusão e discriminação no mercado de trabalho e optam pela inserção profissional mais segura: aquela que permite a manutenção de uma tradição colectiva (e a maximização de um habitus profissional), o aproveitamento dos recursos existentes (individuais ou colectivamente construídos) e, simultaneamente, evitar o confronto com mecanismos de exclusão formal.

Em suma, a opção por uma estratégia profissional baseada no comércio não deve ser entendida apenas como uma reacção dos indianos aos efeitos do sistema em que são envolvidos. É preciso que a análise se realize segundo uma perspectiva que clarifique as condições de que os actores dispõem para "controlar" de algum modo a sua inserção e, neste sentido, perceber por que razão nem todas as minorias étnicas (à partida chegadas a Portugal sob a influência da mesma conjuntura de mudança e sujeitas de igual modo à influência de variáveis de ordem estrutural) protagonizam uma inserção idêntica.

4. A(s) identidade(s) indiana(s) e o associativismo

4.1. Processos de diferenciação inter-comunitários

A compreensão das dinâmicas inter-comunitárias que a inserção profissional deixou antever remete para a introdução na análise dos processos de identificação e laços que unem os indivíduos, não a uma categoria global - os "indianos" - , mas sim às sub-categorias a que nos vimos referindo: comunidades islâmica, hindu e ismaelita.

Na verdade, a religião surge como principal elemento promotor da coesão e diferenciação entre as comunidades indianas, determinando, em última instância, o afastamento entre indivíduos que partilham uma origem comum. Ou seja, em virtude da não partilha de um mesmo sistema de crenças, cada comunidade vive internamente a cultura de origem e desenvolve as suas próprias sociabilidades - a categoria indianos dilui-se na prática concreta.

"Somos comunidades perfeitamente distintas, separadas." (Ismaelita, 42 anos)

"As comunidades...também cada uma vive dentro dela." (Representante da Comunidade Hindu)

A demarcação de cada uma das comunidades indianas está bem patente nas estratégias matrimoniais desenvolvidas pelos indivíduos. De facto, verifica-se que tanto os hindus como os ismaelitas casados têm cônjuges da mesma religião e, no que diz respeito aos islâmicos, mais de metade têm esposas islâmicas.

A importância de considerar os dados relativos à religião do cônjuge decorre de a endogamia constituir um dos processos de diferenciação que mais contribui para a conservação da identidade dos grupos minoritários, tornando possível, no caso em análise, a diferenciação quer em relação à maioria, quer entre as comunidades indianas. É que a transmissão da cultura e das referências identitárias às gerações vindouras pode encontrar, na escolha de um parceiro exterior ao grupo, um forte obstáculo.

"Penso que a longo prazo a junção das culturas não seria muito vantajosa para o casal em si. Ou então o que é que tem acontecido? Quando há estes casamentos inter-comunidades ou inter-raças, é que um deles tem de ceder. Ou o marido passa para a cultura da mulher ou vice-versa. (...). Depois nascem os filhos e para que cultura é que eles vão? (...) É mais pela dificuldade de adaptação do que propriamente por qualquer problema de raça ou cor, isso não tem relevância." (Ismaelita, 42 anos)

Todavia, a diferenciação entre as comunidades indianas nem sempre é reconhecida pelo exterior. Quer dizer, a identidade assumida pelos indivíduos pode não coincidir com a identidade prescrita, segundo a qual os indianos tendem a ser vistos como um grupo uno.

Neste contexto, desenvolvem-se processos de afirmação, ou lutas de classificações¹⁶, ao nível da identidade, os quais fazem apelo a sinais distintivos menos visíveis para a maioria como a religião.

"Há quem diga que os indianos são todos iguais, mas não, há diferenças..." (Islâmico, 42 anos)

"Eu fiquei muito triste ao ver a TV (...) não sei se viu o sumário no domingo à uma hora? (...) Pois estavam a falar que os cristãos no Alentejo até já pediram a Deus que mandasse chuva. No entanto, a seguir são os indianos que vão fazer as suas preces para começar a chover em Portugal... entretanto ela disse os indianos e muçulmanos (...) vamos ver o pedido que eles vão fazer ao seu Alá para que mande chuva. Sim senhor, pensei, vamos ver a Mesquita. Pois era a comunidade hindu, ena pá!" (Islâmico, 38 anos)

"Às vezes surgem confusões em artigos de jornais, dizem os muçulmanos e os ismaelitas. Ora isto é um erro grave porque somos muçulmanos (...) mas é claro que não é por mal é por falta de informação, as pessoas não sabem." (Representante da Comunidade Ismaelita)

Esta questão da luta pelo reconhecimento da diferenciação inter-comunitária parece colocar-se de forma mais marcada no caso de ismaelitas e islâmicos, uma vez que a comunidade hindu é, aparentemente, a que adquire maior visibilidade no conjunto das três comunidades, sendo muitas vezes reconhecida pelo exterior como "representante dos indianos" em Portugal. Tal situação parece encontrar explicação no facto desta comunidade se identificar claramente com a União Indiana como espaço de origem, associando intimamente religião hindu e cultura indiana.

"A cultura está muito ligada à religião. Não há factos da vida hindu, indiana, que não tenham a ver com factos da vida religiosa na Índia, na civilização hindu." (Representante da Comunidade Hindu)

Pelo contrário, as comunidades ismaelita e, sobretudo, a islâmica, integram indivíduos de diferentes proveniências geográficas e culturais, pelo que neste caso não existe coincidência entre sistema de crenças e tradições culturais indianas.

"Como há uma predominância de indianos entre os muçulmanos, haverá determinados costumes que são puramente de tradições indianas ou costumes indianos que não têm nada a ver com a religião". (Representante da Comunidade Islâmica)

"Logicamente a prática de uma doutrina islâmica implica uma certa percepção cultural (...) mas não vamos esquecer esse outro pormenor muito importante de grande parte das pessoas que estão cá terem origem familiar na Índia e, portanto, independentemente das origens culturais do Islão, temos referências sócio-culturais da Índia". (Representante da Comunidade Ismaelita)

Pelo que temos vindo a afirmar, torna-se possível compreender que cada comunidade indiana constrói o seu próprio sistema cultural e simbólico ou, noutros termos, um código específico capaz de reger as práticas e representações dos indivíduos.

Nestas condições, não surpreende que, ao nível das práticas de origem cultural indiana, se detectem atitudes diferentes por parte de cada uma das comunidades. A comunidade hindu mostra-se mais preocupada em manter certas práticas como o vestuário, a alimentação ou a língua de origem indiana (o gujarati) uma vez que, como vimos, é a que se identifica mais claramente com a Índia. Pelo contrário, os ismaelitas constituem o grupo em que se constata um menor fechamento às práticas e estilos de vida ocidentais, arriscando-se mesmo a afirmação de que caiem numa certa "folclorização" dos costumes, ao optar pela comida e vestuário tradicionais apenas em ocasiões festivas. Por seu turno, os islâmicos de origem indiana situar-se-iam numa posição intermédia entre estes dois extremos.

Até aqui apenas fizemos referência aos traços identitários que distinguem as comunidades indianas entre si e da maioria. No entanto, não devemos ser tentados a defender uma concepção essencialista da identidade pois esta não se resume, no caso do imigrante, à dimensão étnica: "aspectos ligados à identidade, sexual, etária, profissional, de classe, entre outros, terão de ser tidos em conta, e é o jogo complexo desse conjunto de aspectos que vai determinar a configuração global do auto-conceito dos indivíduos"¹⁷.

"Nasci em Moçambique mas (...) eu sou de origem indiana (...) sou português também"
(Hindu, 29 anos)

"Primeiro de tudo sou indiano, descendente de Moçambique, sou português, tenho nacionalidade portuguesa e sou ismaelita" (Ismaelita, 25 anos)

"Eu diria que era islâmico! E também indiano porque quanto mais branco queira não posso ser (...)! A nacionalidade é portuguesa." (Islâmico, 42 anos)

Constata-se que uma multiplicidade de referências (religião, raça, nacionalidade,...) se articulam na construção da identidade dos indivíduos, não tendo sido possível determinar com rigor qual o peso de cada uma das propriedades nesse processo. Através das citações transcritas, apercebemo-nos, nomeadamente, de que "Portugal" corresponde também a uma dimensão identitária. Ou seja, se no processo de construção da identidade dos sujeitos parecem estar presentes sinais de distintividade em relação à maioria, são claros também os sinais da influência da sociedade de acolhimento.

"Nós somos todos de origem indiana, não tenho dúvidas em relação a isso...mas perdemos todos um bocado o ser indiano; somos já um pouco uma mistura, quer dizer, nem somos 100% indianos nem deixamos de ser". (Hindu, 29 anos)

Em suma, é legítimo supôr que a vinda para Portugal implicou, como qualquer mudança de região, processos de reajustamento ao nível das identidades; isto, uma

vez que as identidades se materializam num espaço concreto que se torna um elemento fundamental das mesmas. Designadamente, o sentido que assume o “ser indiano” em Portugal não é, certamente, idêntico ao que assumiria em Moçambique ou na Índia.

4.2. As associações indianas como expressão e actor da diversidade cultural

Os processos na base dos quais cada grupo — islâmicos, hindus e ismaelitas — desenvolve uma identidade colectiva específica e dinâmicas comunitárias próprias, só podem ser amplamente compreendidos se re-introduzirmos na análise a dimensão formal e organizacional das comunidades.

Considerar a constituição de três associações independentes, no âmbito do grupo vulgarmente designado de “indianos”, como um reflexo da existência de três comunidades indianas claramente demarcadas, parece-nos inquestionável. Neste sentido, os movimentos associativos indianos seriam a consequência da institucionalização e instrumentalização de três identidades étnicas, pelo menos parcialmente distintas.

No entanto, importa notar particularmente que, além de serem um reflexo da existência de identidades distintas, as associações contribuem para essa diversidade, ou seja, as associações são, simultaneamente, *expressão e actor da diversidade cultural*.

Com efeito, as associações permitem e promovem a continuidade das diferenças inter-comunitárias. Por um lado, o simples facto de surgirem três instituições independentes pode contribuir para aumentar a consciência das diferenças entre os indivíduos que compõem cada uma delas. Por outro lado, o desenvolvimento do associativismo corresponde à disponibilização de um espaço, físico e imaginário, onde é possível que cada uma das comunidades mantenha e desenvolva a sua (relativa) especificidade.

É que se podemos detectar algumas concentrações espaciais de indianos¹⁸, tanto ao nível da residência (Areiro, St^o António dos Cavaleiros,...), como ao nível comercial (Rua do Benfornoso, Pr. Espanha, Av. Almirante Reis,...), que funcionam como lugares onde a comunicação e o convívio entre os membros da minoria estão facilitados, as associações permitem garantir a união de indivíduos, muitas vezes afastados devido a residências não coincidentes e às pressões dos ritmos de trabalho diário. Desta forma, cada associação torna-se um espaço privilegiado, não só para o desenvolvimento de redes de sociabilidade (já analisadas a propósito da inserção profissional), como também para a *inculcação de valores e expectativas*. Significa isto que cada comunidade desenvolve dinâmicas próprias, constituindo-se, simultaneamente, como um quadro de interacção e socialização que contribui para a reprodução de uma identidade própria e específica e que dá ao indivíduo “um conceito sobre quem ele próprio é quando inicia a sua acção no mundo exterior”¹⁹.

A contribuição das associações ao nível da reprodução da diversidade cultural e das identidades indianas não se resume, porém, ao facto de proporcionarem o

encontro entre sujeitos que se identificam com um mesmo grupo de pertença. Tal aspecto deve ser conciliado com as acções formalmente desenvolvidas pelas próprias associações, visando atingir determinados objectivos previamente estabelecidos.

Uma análise mais detalhada das associações indianas vem demonstrar que estas não têm estado orientadas para a intervenção social no domínio profissional, mas parecem encontrar-se vocacionadas para a realização de acções que visam defender os particularismos religiosos e culturais que distinguem e demarcam cada comunidade. Entre as acções realizadas por estas organizações saliente-se a preocupação em encontrar locais de culto e em transmitir (ou não) referências de origem indiana. Nessa medida, podemos afirmar que o associativismo indiano tem sido mais de "expressão" do que de "reivindicação".

5. Perspectivas face à integração e desigualdades sociais.

Como se disse no ponto anterior, o associativismo indiano parece poder ser caracterizado, na sua globalidade, como um elemento que contribui activamente para a manutenção (ou não), num novo contexto de imigração, de particularismos culturais e religiosos, ou seja, pode ser considerado um "actor" da diversidade cultural. Contudo, a forma como cada uma das associações perspectiva a defesa das suas especificidades não é exactamente coincidente.

Se observarmos os exemplos da Comunidade Hindu e da Comunidade Ismaelita²⁰, constatamos que existem diferentes noções acerca do significado do termo "integração", apontado como o grande objectivo das duas organizações. Para os hindus, a preocupação com a integração não deve esquecer a manutenção da cultura de origem (intimamente ligada ao sistema de crenças), sob pena de o grupo deixar de se identificar a si próprio.

"Pelo facto de pertencer à comunidade hindu sente-se integrado dentro da própria comunidade, senão andaria a vegetar por aí. (...). A comunidade é mais para manter a cultura, dizer o que é bem e o que é mau, mais nada! (...). Todas as comunidades do mundo têm de manter a sua identidade porque senão não são nada". (Representante da Comunidade Hindu)

Pelo contrário, os ismaelitas salientam a importância de os indivíduos se adaptarem a uma nova sociedade com características bem diferentes, o que pode implicar a reconversão de algumas práticas ligadas à tradição cultural de origem; isto, embora seja possível que a religião se mantenha como elo de ligação dos indivíduos.

"A integração conseguida é complicada porque implica... manter ou conservar de uma forma dinâmica essas tais tradições culturais. Porque conservá-las cristalizadas como

uma coisa que os avós faziam e nós não sabemos porque é que fazemos, então mais vale deixar de fazer!" (Representante da Comunidade Ismaelita)

Os posicionamentos diferentes de cada uma das associações no que toca à integração interferem e reflectem, necessariamente, a forma como os indivíduos de cada comunidade se preocupam (ou não) em conservar e reproduzir os traços culturais e religiosos distintivos.

A hipótese que queremos colocar é que estes diferentes posicionamentos poderão ter influência ao nível da inserção profissional dos sujeitos e no "bem-estar" económico que alcançam. Nesta perspectiva, os hindus poderão estar numa certa posição de "desvantagem" devido ao menor grau em que apropriam signos e valores da sociedade de acolhimento. Pelo contrário, a comunidade ismaelita, garantindo a união entre os seus membros, sobretudo com base na partilha de um sistema de crenças, demonstra uma maior abertura ao exterior, a qual poderá permitir o desenvolvimento de estratégias que se reflectem em melhores condições de vida.

De facto, ainda que as quinze entrevistas que realizámos não possam ser consideradas representativas do universo em estudo, os dados por nós recolhidos junto dos representantes das comunidades apontam para uma diferenciação social entre as três comunidades indianas, que é também patente nos resultados de outras pesquisas²¹. Aos hindus corresponderiam posições menos favorecidas da estrutura de classes em oposição aos ismaelitas, encontrando-se os islâmicos numa posição intermédia.

O "sucesso" económico diferencial das comunidades indianas não deverá, contudo, explicar-se unicamente pelos diferentes posicionamentos relativamente à apropriação dos signos e valores da sociedade de acolhimento. A aparente "vantagem" dos ismaelitas pode ainda ser explicada através do maior tempo de permanência na sociedade portuguesa (foram os únicos que chegaram logo após 74), o qual terá permitido uma melhoria gradual das condições de vida; também a conjuntura que estes indivíduos vêm encontrar à chegada ao nosso país poderá ter favorecido a sua inserção.

Tendo em conta os factores introduzidos, é possível considerar a estratégia actualmente desenvolvida pelos hindus como um reflexo da chegada mais recente deste grupo à sociedade de acolhimento, reforçando-se, por efeito do contraste sentido, os laços com a origem e verificando-se, ainda, condições de vida e trabalho menos favorecidas.

Somente através da observação, nos próximos anos, do trajecto da comunidade hindu será possível concluir da exequibilidade de uma estratégia de integração que combine a melhoria das condições de vida e trabalho (já notória em face do aumento do tempo de presença na sociedade portuguesa)²², com a tendência actual para a conservação e reprodução dos traços distintivos de origem indiana.

Acrescente-se, ainda, que as alterações que se venham a verificar ao nível do perfil sócio-económico das comunidades indianas (nomeadamente da comunidade hindu) poderão exigir, das associações, algumas modificações no que diz respeito aos princípios e orientações que as regem, visando a adequação destas às expecta-

tivas e necessidades dos indivíduos. Neste contexto, recorde-se que as associações constituem "elementos flexíveis a partir dos quais são sugeridas novas possíveis identidades apropriadas a novas situações"²³.

De qualquer modo, caso os hindus transitem para lugares de classe mais favorecidos, tal não significa necessariamente o final da heterogeneidade e diferenciação social entre as comunidades indianas. A este propósito, note-se que a insustentabilidade de considerar os 'indianos', na sua globalidade, como um grupo empobrecido e excluído socialmente vem reforçar a necessidade de re-equacionar as perspectivas teóricas que associam as minorias étnicas a grupos inevitavelmente desfavorecidos em termos sociais e económicos e acentuar a fecundidade de quadros analíticos que permitam compreender a diversidade de processos de integração que esses grupos podem protagonizar.

Notas

- 1 Conforme explica Vasco Franco, os naturais da Índia podem obter a nacionalidade portuguesa por duas vias: ou residiam numa ex-colónia e foi-lhes dada a faculdade de optar pela nacionalidade portuguesa, ou residiam na Índia e ainda hoje podem reivindicar a cidadania portuguesa, bastando-lhes para isso apresentar a certidão de registo de nascimento em que se verifica que nasceram antes da anexação (1961). Veja-se a propósito Vasco Franco, "A aquisição da nacionalidade portuguesa", in M^o do Céu Esteves (org.) *Portugal País de Imigração*, IED, Caderno 22, Lisboa, 1991, p.138.
- 2 Esta estimativa foi obtida através dos depoimentos dos representantes das comunidades hindu, islâmica e ismaelita.
- 3 Através das afirmações dos representantes das comunidades indianas foi possível concluir que o comércio parece ser a actividade maioritária no caso dos grupos islâmico e ismaelita, embora se deva ser mais cuidadoso no que se refere aos hindus, pois uma grande parte exerce outras profissões, com destaque para a de operário da construção civil.
- 4 Michel Oriol, "Perspectives du Pluralisme", in *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol.4, nº1 e 2, 1988.
- 5 A. Touraine, *Le retour de l'acteur*, Fayard, 1984, p.167
- 6 Poirier et al., *Les récits de vie - théorie et pratique*, Paris, PUF, 1983, p.139.
- 7 Não é este o caso da totalidade dos indianos residentes em Portugal. Segundo informações obtidas junto do representante da Comunidade Hindu e num estudo sobre *Minorias Étnicas Pobres em Lisboa* (Manuel Pimenta et al, *Minorias Étnicas Pobres em Lisboa*, Lisboa, Centro de Reflexão Cristã, 1991) verifica-se, a partir da década de 80, a entrada de indianos vindos directamente da Índia e naturais desse país.
- 8 John Jackson, *Migrações*, Lisboa, Escher, 1991, p.3.
- 9 Veja-se, por exemplo, Maria José Maranhão e João Quintela, "Repatriamento e território: impactos regionais" in *Sociedade e Território*, nº8, 1984.
- 10 A. Begag, "La mobilité spatiale des immigrés et ses effets sociaux", in *Revue Européenne des Migrations Internationales*, Vol XVI, nº2, Julho, 1988.
- 11 Por exemplo John Rex, *Raça e Etnia*, Lisboa, Estampa, 1988 e também Nathan Glazer e Daniel Moynihan, *Ethnicity-theory and experience*, Cambridge (Massachusetts), Harvard University Press, 1985.
- 12 Veja-se a propósito, John Rex, *op. cit.*, e Robert Miles, "Class Relations in Britain in the 1980's", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol.3, nº1 e 3, 1-3^o trimestre de 1987.
- 13 Robert Miles, *op. cit.*
- 14 John Rex, *op. cit.*, p.121-123.
- 15 Note-se, contudo, que há alguma correspondência entre cada comunidade e determinado(s) ramo(s) de comércio. Por exemplo, parece haver tendência para os ismaelitas comercializarem sobretudo

vestuário e móveis; os hindus para optarem pelo ramo da electrónica (relógios, etc) e dos brinquedos; e, por seu lado, os islâmicos (embora neste caso esta tendência não seja tão clara) para se situarem nas ferragens e nos artigos de papelaria. Em nosso entender, esta situação não contradiz a afirmação de que o tipo de comércio praticado pelos indianos se caracteriza por uma "abertura ao sistema de distribuição português", reflecte sim, que existe certamente alguma lógica interna (por nós abordada neste artigo sob a designação de "estratégias colectivas") a cada comunidade, que contribui para que, no momento da escolha, ismaelitas, hindus e islâmicos optem sobretudo por determinados ramos.

- 16 Pierre Bourdieu, *La Distinction - critique social du jugement*, Minit, Paris, 1979.
- 17 Fernando Luís Machado, *Etnicidade em Portugal - aproximação ao caso guineense*, Relatório de síntese (Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica), ISCTE, 1991.
- 18 Não foi objectivo da nossa pesquisa identificar os espaços de concentração da minoria indiana no interior da cidade de Lisboa. Mesmo assim, apercebemo-nos da existência dos espaços de concentração que são referidos no texto.
- 19 John Rex, *op. cit.*, p.205.
- 20 Citamos apenas os casos das comunidades hindu e ismaelita por constituírem exemplos de situações opostas, no que diz respeito às dinâmicas a que nos queremos referir.
- 21 Veja-se a título ilustrativo João Martinho et al, *Indianos em Portugal: que inserção?*, Lisboa, ISCTE, 1990 (dact.) e também Manuel Pimenta et al, *op. cit.*
- 22 Na verdade, o tratamento dos dados recolhidos pelo Centro de Reflexão Cristã (CRC) no estudo intitulado *Minorias Étnicas Pobres em Lisboa* permitiu detectar numerosos casos em que os indianos (neste estudo foram inquiridos uma esmagadora maioria de hindus - 87%) começam por trabalhar por conta de outrém na construção civil para transitarem progressivamente, com o prolongar da estadia na sociedade de acolhimento, para o trabalho por conta própria no comércio.
- 23 John Rex, *op.cit.*, p. 205.